













Resumo

Resumo

Dos mais de 100 indicadores incluídos no presente relatório, 12 foram identificados como indicadores-chave. Visam dar uma panorâmica global dos progressos da UE no desenvolvimento sustentável no que respeita aos objetivos e metas definidos na sua estratégia para o desenvolvimento sustentável (EDS da UE). Os progressos alcançados desde 2000 à luz destes indicadores-chave apontam para um balanço misto, como é possível observar no quadro a seguir.

Quadro 0.1: Avaliação das alterações nos indicadores-chave de desenvolvimento sustentável (IDS) (UE-27, a partir de 2000) ⁽¹⁾

Tema do IDS	Indicador-chave	Avaliação das alterações na UE-27
Desenvolvimento socioeconómico	PIB real per capita	
Consumo e produção sustentáveis	Produtividade dos recursos	
Inclusão social	Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social (*)	
Alterações demográficas	Taxa de emprego dos trabalhadores mais velhos ⁽²⁾	
Saúde pública	Esperança de vida à nascença (**)	
Alterações climáticas e energia	Emissões de gases com efeito de estufa	
	Percentagem de energias renováveis no consumo final bruto de energia (**)	
	Consumo de energia primária	
Transportes sustentáveis	Consumo de energia no setor dos transportes em relação ao PIB	
Recursos naturais	Índice de aves comuns	
	Capturas de peixe de unidades populacionais fora dos limites biológicos de segurança	
Parceria global	Ajuda pública ao desenvolvimento (**)	
Boa governação	[Nenhum indicador-chave]	:

(*) A partir de 2008 (**) A partir de 2004

As páginas seguintes contêm uma avaliação mais pormenorizada das principais tendências observadas desde 2000, em complemento da análise dos indicadores-chave de desenvolvimento sustentável.

¹ Na introdução, é fornecida uma explicação do método de avaliação e do significado dos símbolos meteorológicos.

² Devido a uma alteração metodológica, a avaliação do indicador não é comparável com edições anteriores do Relatório de Acompanhamento. Para mais informações, consulte o capítulo «Alterações demográficas» do presente relatório

Está a UE a avançar na perspetiva de um desenvolvimento sustentável?

Principais tendências do desenvolvimento socioeconómico

PIB real per capita - sinais de uma recuperação modesta?

- Entre 2000 e 2012, o **PIB real per capita** na UE cresceu em média 0,9 % ao ano. No período entre 1995 e 2007, antes do início da crise económica, o PIB per capita tinha crescido de forma continuada na UE a uma taxa média anual de 2,4 %.
- A crise financeira e económica afetou a economia real em 2008, com uma contração do PIB per capita de 4,8 % em 2009 (em comparação com 2008). A rápida implementação de medidas com incidência orçamental e outras ações políticas a nível nacional e da UE contiveram os piores efeitos da crise e estabilizaram o PIB per capita em 2010 e 2011.
- Em 2012, num contexto de fraca recuperação, o PIB real per capita diminuiu de novo 0,6 % em comparação com 2011.

A recessão continua a perturbar o clima de investimento da UE

- Entre 2003 e 2007, o **investimento** (em percentagem do PIB) aumentou moderadamente, acompanhando o ciclo económico. Com o abalo na confiança das famílias e das empresas provocado pela turbulência nos mercados financeiros e a crise económica, o investimento começou a decrescer rapidamente. Esta queda acentuada que fez descer o investimento para o seu nível mais baixo, que rondou os 19% no período entre 2009 e 2011, explica-se sobretudo pelos cortes realizados pelas empresas.
- Entre 2000 e 2012, a **taxa de poupança das famílias** na UE acompanhou o ciclo económico. Depois de um período de redução das poupanças das famílias durante a expansão económica de 2003 a 2007, deu-se uma inversão da tendência resultante das perturbações económicas e do aumento da incerteza nos mercados após a crise. Apesar dos sinais de uma fraca retoma económica, a taxa de poupança das famílias começou de novo a diminuir depois de 2009.

A economia da UE tornou-se mais competitiva e inovadora?

- O aumento regular da **produtividade laboral** entre 2000 e 2007 foi interrompido pelo abrandamento da atividade económica em 2008 e 2009. Apesar de a produtividade ter retomado em 2010 e continuado a crescer nos anos seguintes, as melhorias a longo prazo dependerão de futuros ajustamentos no mercado de trabalho, designadamente de alterações nos fluxos de trabalhadores entre países, setores e regiões ou de uma adaptação dos salários em função das condições do mercado de trabalho.
- No período de 2000 a 2007, as **despesas totais em I&D** em percentagem do PIB mantiveram-se relativamente estáveis, em torno de 1,85 %. O indicador manteve-se resistente aos efeitos a curto prazo da crise económica. Registou, inclusivamente, um aumento moderado em 2008 e em 2009, antes de estabilizar nos 2 % nos dois anos seguintes. Tal resultou sobretudo dos esforços dos governos para apoiar o crescimento económico, impulsionando as despesas em I&D.
- A **intensidade energética** na UE baixou a um ritmo regular entre 2003 e 2009, seguindo-se uma recuperação em 2010 e uma queda acentuada em 2011. A tendência positiva ocorreu num cenário em que o consumo interno bruto de energia se dissociou e do crescimento económico.

Retoma tímida do mercado de trabalho

- A **taxa de emprego** da UE subiu de 66,6 % em 2000 para 70,3 % em 2008. O aumento parou em 2009, quando a recessão económica prolongou a estagnação do mercado de trabalho, mantendo-se a taxa de emprego próxima dos 68,5 % até 2012. Esta estagnação afastou a UE do caminho para o cumprimento da meta dos 75 % da estratégia Europa 2020.
- Entre 2000 e 2007, as **disparidades regionais no emprego** na UE reduziram-se de 2,1 pontos percentuais. Este progresso foi eliminado pela crise económica, que trouxe gradualmente as desigualdades no emprego a nível regional de volta para os valores de 2000 (13,3 % em 2012). Quanto aos aspetos positivos, as desigualdades de género no emprego a nível regional registaram a maior redução da década, de 5,6 pontos percentuais.
- Globalmente, entre 2001 e 2004, a **taxa de desemprego** na UE aumentou. Nos quatro anos seguintes (de 2005 a 2008), a taxa de desemprego baixou continuamente, alcançando o seu valor mais baixo, de 7,1 %, em 2008. A estas melhorias seguiu-se um aumento acentuado, e em 2012 a taxa de desemprego da UE atingiu o

valor recorde de 10,5 %

Principais tendências do consumo e da produção sustentáveis

Está o consumo de materiais a dissociar-se do crescimento económico?

- Em 2011, a UE conseguiu gerar um valor económico de 1,60 EUR por cada quilograma de materiais consumidos. Tratou-se de uma melhoria considerável na **produtividade dos recursos** desde 2000, quando apenas tinham sido criados 1,34 EUR por kg, a partir da mesma quantidade de recursos.
- Este ganho da eficiência ocorreu porque o PIB estava a crescer mais rapidamente do que o **consumo interno de materiais** (DMC), em particular antes do início da crise económica. Desde 2007, a utilização de recursos na UE tem baixado acentuadamente, colocando os níveis de DMC abaixo dos registados há dez anos. No entanto, a retoma económica indica uma inversão desta tendência em 2011.
- Estas tendências divergentes — crescimento do PIB concomitante com a queda do DMC — sugerem uma dissociação absoluta do crescimento económico e da utilização de recursos na UE entre 2000 e 2011. É, contudo, pouco claro se se trata efetivamente de uma reviravolta nos padrões de utilização de recursos ou apenas de um reflexo do impacto da crise económica nas indústrias que fazem uso intensivo de recursos, como a construção.

Melhorias no tratamento de resíduos e nas emissões poluentes

- As práticas de **tratamento de resíduos** melhoraram consideravelmente na UE desde 2000. A descarga em aterros sanitários, que constitui o método menos ecológico de eliminação de resíduos, tem sido gradualmente substituída pela incineração e, em maior escala, pela reciclagem e pela compostagem. Em 2011, cerca de 40 % dos resíduos municipais foram reciclados ou compostados.
- Existem importantes variações na UE relativamente ao tratamento de resíduos. Em 2011, a descarga em aterros sanitários era a principal forma de eliminação de resíduos na Bulgária, na Croácia e na Roménia (mais de 90 %), ao passo que, na Alemanha, nos Países Baixos e na Suécia representava menos de 1 %.
- Verificaram-se melhorias semelhantes no que diz respeito às **emissões atmosféricas** de substâncias acidificantes e precursores de ozono. As diminuições que se verificaram desde 1990 permitiram à UE-27 cumprir em 2011 as metas fixadas para as emissões de óxidos de enxofre (SOX) e de compostos orgânicos voláteis não-metânicos (COVNM). No entanto, 12 Estados-Membros comunicaram emissões superiores aos valores-limite nacionais para, pelo menos, um dos quatro poluentes.

Nenhuma evolução clara para padrões de consumo mais sustentáveis

- O **consumo doméstico de eletricidade** tem aumentado quase continuamente desde 1990. Esta tendência explica-se sobretudo por um aumento do número de famílias e pelas alterações nos seus padrões de consumo, que vieram reduzir a zero os ganhos de eficiência trazidos pelos aparelhos eletrónicos. Este fenómeno é conhecido como «efeito de ricochete». Ao contrário de outros indicadores de consumo do presente relatório, o consumo doméstico de eletricidade não sofreu grandes alterações resultantes da crise económica, sendo 2011 o primeiro ano em que se registou uma quebra abrupta da utilização de eletricidade, desde 1990.
- Da mesma forma, o **consumo final de energia** na UE tem aumentado desde 1990. No entanto, 2005 marcou um ponto de viragem, com a utilização da energia a estabilizar e depois a cair nos anos seguintes. As contrações na economia da UE em 2009 e 2011 contribuíram para esta queda, fazendo baixar o consumo final de energia em 2011 para níveis semelhantes aos anteriores a 2000.
- Uma vez que o consumo doméstico de eletricidade e o consumo final de energia têm demonstrado tendências diferentes, em particular desde 2005, não é possível concluir se os padrões de consumo na UE se têm tornado mais sustentáveis.

Padrões de produção mais ecológicos

- Em contrapartida, os padrões de produção melhoraram na UE ao longo dos últimos anos. O número de organizações que aplicam um sistema de gestão ambiental certificado de acordo com o **sistema de ecogestão e auditoria** (EMAS) aumentou desde 2003. Em 2013, a adesão ao EMAS, expressa em número de organizações registadas no EMAS por milhão de habitantes, foi particularmente elevada em Chipre, na Áustria, em Espanha, em Itália, na Alemanha e na Dinamarca.
- Do mesmo modo, as práticas agrícolas tornaram-se cada vez mais sustentáveis na UE desde 2005, como o demonstra o aumento da percentagem de **agricultura biológica**. Este desenvolvimento dinâmico refletiu-se também no aumento das vendas de produtos biológicos no mercado alimentar da UE.

Principais tendências da inclusão social

O número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social aumentou desde 2008

- Entre 2008 e 2012, o número de **pessoas em risco de pobreza ou exclusão social** cresceu 8,7 milhões, passando de 115,7 milhões para 124,4 milhões. Este número tinha baixado entre 2005 e 2009. Com o início da crise económica, no entanto, voltou a aumentar.
- Os 124,4 milhões de pessoas em risco de pobreza e exclusão social na UE em 2012 representam 25 % da população total. Isto significa que um quarto da população da UE conheceu já pelo menos uma forma de pobreza abrangida pelo indicador-chave do tema, nomeadamente, a pobreza monetária, a privação material grave e a falta de acesso ao emprego. Os atuais níveis de pobreza e exclusão social põem em causa o cumprimento da meta de redução da pobreza da estratégia Europa 2020, que visa retirar pelo menos 20 milhões de pessoas do risco de pobreza e exclusão social até 2020.

Aumento da pobreza monetária e deterioração das condições de vida

- O número de pessoas em **risco de pobreza após transferências sociais** aumentou de 80,7 milhões em 2008 para 85,3 milhões em 2012. Contrastando com o indicador-chave, este número registou um aumento quase contínuo desde 2005, ainda antes da crise económica, com uma aceleração depois de 2009. A pobreza monetária é a forma mais prevalente de pobreza na UE, afetando 17,1 % da população total da UE em 2012.
- O número de pessoas que sofrem de **privação material grave** aumentou consideravelmente entre 2008 e 2012, passando de 41,4 milhões para 51,0 milhões. No entanto, a tendência não foi contínua, com o ano de 2009 a marcar um ponto de viragem significativo. Apesar de ter baixado consideravelmente, de quase 12 milhões, entre 2005 e 2009, o número de pessoas em situação de privação material grave voltou a aumentar de 11,2 milhões desde então, atingindo 10,3 % da população da UE afetada em 2012.
- Entre 2005 e 2012, **as desigualdades de rendimento** não evoluíram de forma significativa. Em 2012, os 20 % mais ricos da população da UE ganharam mais de 38 % do rendimento igualizado nacional e, portanto, cerca de cinco vezes mais do que os 20 % mais pobres, que apenas representaram uma percentagem ligeiramente inferior a 8 %.

Nenhuma tendência clara para um mercado do trabalho mais sustentável

- O número de pessoas a viver em agregados familiares com **uma intensidade de trabalho muito baixa** aumentou entre 2008 e 2012, passando de 34,3 milhões para 36,9 milhões. Em consonância com outros indicadores relacionados com a pobreza, este número baixou entre 2006 e 2009, aumentando depois de novo a par dos níveis de desemprego, antes de cair 4,1 % entre 2011 e 2012. A inatividade económica aumenta substancialmente o risco de pobreza. Em 2012, 9,8 % da população da UE dos 0 aos 59 anos vivia em agregados familiares com uma intensidade de trabalho muito baixa.
- A **taxa de desemprego de longa duração** na UE revelou uma tendência decrescente entre 2004 e 2008. Desde 2008, no entanto, voltou a aumentar, alcançando um máximo histórico de 4,6 % em 2012.
- Entre 2006 e 2011, as **disparidades salariais** diminuíram substancialmente. Apesar desta tendência favorável, a remuneração horária bruta das mulheres era ainda 16,2 % inferior à dos homens em 2011.

Progressos na área da educação

- A percentagem de **abandono precoce da educação e formação** tem estado a baixar regularmente desde 2003, alcançando os 12,8 % em 2012. Se as tendências recentes se mantiverem, a meta de reduzir as taxas de abandono escolar precoce para menos de 10 % até 2020 parece alcançável.
- A percentagem de população dos 30 aos 34 anos que concluiu o **ensino superior** aumentou continuamente desde 2000. Esta tendência sugere que a meta da estratégia Europa 2020 de aumentar esta percentagem para, pelo menos, 40 % até 2020 será alcançada.
- A percentagem de **adultos com baixos níveis de escolaridade** diminuiu substancialmente desde 2000. A tendência é visível em todos os grupos etários.
- A participação na **aprendizagem ao longo da vida** aumentou entre 2003 e 2012. No entanto, a melhoria verificou-se entre 2003 e 2005, não se tendo registado grandes progressos desde então. Os países nórdicos têm as taxas de participação mais elevadas, ao passo que a Bulgária, a Grécia e a Roménia registaram poucos ou nenhuns progressos no que diz respeito à melhoria dos seus baixos níveis de participação.

Principais tendências das alterações demográficas

Taxa de emprego dos trabalhadores mais velhos não foi afetada pela crise económica

- 48,9 % dos **trabalhadores mais velhos** estavam empregados em 2012. A **taxa de emprego** tem aumentado ligeira e continuamente desde 2000. O aumento da participação na atividade económica dos trabalhadores mais velhos constitui uma tendência estável, que parece resistir à crise económica. Não obstante, a meta de 50 % fixada para 2010 pela estratégia de Lisboa - a predecessora da estratégia Europa 2020 - ainda não foi alcançada.
- No período de 2000 a 2012, é visível uma redução das disparidades entre homens e mulheres nas taxas de emprego nos escalões etários superiores. Apesar de a taxa de emprego das mulheres se manter inferior à dos homens, o aumento foi claramente superior para as mulheres, de 14,4 pontos percentuais desde 2000, contra 9,3 pontos percentuais para os homens.

As tendências da estrutura da população confirmam os desafios demográficos

- Em 2011, a **esperança de vida aos 65 anos** na UE era de 21,3 anos para as mulheres e 17,2 anos para os homens. Desde 2002, a esperança de vida tem aumentado continuamente para ambos os sexos e o diferencial entre homens e mulheres tem diminuído. A taxa de crescimento anual em 2011 estava abaixo de 1 % para as mulheres, sendo pouco claro se irá aumentar no futuro.
- Em 2011, a **taxa de fecundidade** na UE foi de 1,57 filhos por mulher, o que indica um aumento de 8 % desde 2002. Ainda assim, após um período de estabilização em 1,6 filhos, o número médio de nascimentos baixou ligeiramente em 2011.
- Para além da recente queda da taxa de fecundidade, a **taxa de migração líquida** na UE diminuiu em 2011. Estas duas tendências decrescentes podem levar a uma aceleração das alterações demográficas, com um aumento da percentagem de cidadãos idosos nos países europeus.
- A **percentagem de idosos em relação à população ativa** na UE aumentou regularmente até atingir 25,8 % em 2012. Previsões recentes apontam para uma continuação deste crescimento no futuro, até 2050, seguida de uma estabilização aproximadamente ao nível dos 55 %.

Ausência de melhorias significativas nos níveis de rendimento dos pensionistas

- Em 2012, o **rendimento médio dos pensionistas** na UE correspondeu a 56 % dos rendimentos da população ativa na faixa etária dos 50-59. Após ter-se mantido mais ou menos estável em torno dos 50 %, o rácio de substituição registou uma tendência moderadamente em alta desde 2010.
- Nos Estados-Membros da UE, o rácio dos níveis de rendimento das pensões dos idosos em relação ao nível de rendimento dos indivíduos na faixa etária dos 50-59 variou entre 39 % em Chipre e 79 % no Luxemburgo. Entre 2005 e 2012, o diferencial entre Estados-Membros aumentou ligeiramente.

O saneamento das finanças públicas na EU continua por concretizar

- A **dívida pública** na UE aumentou consideravelmente desde o início da crise económica em 2007. Depois de uma queda, em 2007, para um nível inferior ao valor de referência de Maastricht de 60 %, fixando-se nos 59 %, a dívida aumentou substancialmente nos anos seguintes, alcançando 85,3 % do PIB em 2012. Nos Estados-Membros da UE, os níveis da dívida pública variam significativamente, de 10,1 % do PIB na Estónia a 156,9 % na Grécia.
- Um dos elementos da despesa pública é o custo dos pagamentos das pensões pelo Estado. Vários Estados-Membros reformaram os sistemas de pensões, a fim de prolongar a **duração da vida ativa** da população. Entre 2000 e 2011, a duração média da vida ativa na UE aumentou 1,8 anos. Em 2011, os homens trabalhavam em média 37,4 anos e as mulheres 31,9 anos durante a sua vida.

Principais tendências da saúde pública

O aumento da esperança de vida não resulta numa vida mais longa com saúde

- Entre 2004 e 2011, a **esperança de vida à nascença** aumentou moderadamente, tanto para as mulheres como para os homens, a uma taxa anual de 0,4 % (homens) e 0,3 % (mulheres). Em contrapartida, o **número de anos de vida com saúde à nascença** não melhorou para as mulheres, tendo melhorado apenas ligeiramente para os homens.
- A esperança de vida aumentou, mas o número de anos vividos com saúde não seguiu esse aumento, pelo que esses anos de vida suplementares são vividos com algum tipo de deficiência ou doença.

As melhorias nos indicadores de saúde abrandaram desde o início da crise económica e persistem as desigualdades em termos de saúde

- Entre 2000 e 2009, a **mortalidade resultante de doenças crónicas** baixou de 142 para 116 por 100 000 pessoas com idade inferior a 65 anos na UE. Os homens, que atualmente têm maior probabilidade de morrer de uma doença crónica, beneficiaram de um maior decréscimo (2,4 %) do que as mulheres (1,9 %), o que sugere uma convergência dos géneros nas taxas de mortalidade. Apesar das melhorias nas taxas de mortalidade resultante de doenças crónicas, o número de óbitos resultantes de doenças crónicas em relação ao total dos óbitos manteve-se constante. Depreende-se daqui que a diminuição da taxa de mortalidade resultante de doenças crónicas poderia ser explicada principalmente pela descida global da taxa de mortalidade.
- A **taxa de suicídio** registou uma diminuição média global de 1,4 % entre 2000 e 2010. No entanto, esta tendência não foi contínua. Entre 2000 e 2007, o decréscimo médio anual foi muito superior, atingindo os 2,5 %. No entanto, os suicídios aumentaram substancialmente em 2008 (2 %) e em 2009 (3 %), diminuindo de novo em 2010. A maior parte do aumento das taxas de suicídio desde 2007 incidiu sobre os homens, refletindo possivelmente o impacto da crise económica no desemprego.
- As restrições económicas limitam o **acesso aos cuidados de saúde**. Após uma queda entre 2005 e 2009, a percentagem de população sem capacidade económica para aceder a cuidados médicos começou a aumentar de novo, em 2009, alcançando 2,3 % em 2011. A coincidência desta mudança de tendência com a crise económica e a persistência das desigualdades de rendimento no acesso aos cuidados de saúde demonstram que as restrições económicas reduziram o acesso aos cuidados médicos.

Melhorias nulas ou insuficientes nos determinantes da saúde, como a produção de substância química tóxica e a exposição à poluição atmosférica

- A produção de substâncias químicas tóxicas na UE aumentou ligeiramente entre 2002 e 2007, mas registou uma redução considerável em 2008 e 2009 devido à crise económica. Dois anos mais tarde (em 2011), após a retoma do mercado europeu, a produção voltou ao anterior nível elevado. Daí que esta queda temporária possa ser explicada pela estagnação da economia que levou a uma diminuição da produção industrial durante a crise económica.
- Entre 2000 e 2011, a exposição urbana à poluição atmosférica por partículas diminuiu 1 micrograma por metro cúbico, alcançando um nível de 27 microgramas por metro cúbico em 2011. No entanto, dadas as variações substanciais ano-a-ano, é difícil discernir uma tendência clara. A meta de reduzir as emissões para 20 microgramas até 2010 não foi alcançada. Em 2010, a emissão de partículas foi de 26 microgramas por metro cúbico, ou seja, 6 microgramas acima da meta.
- A exposição da população urbana à poluição atmosférica pelo ozono aumentou a uma taxa média anual de 1,7 % entre 2000 e 2011. Contudo, esta evolução foi volátil devido à influência das condições meteorológicas nas concentrações do ozono e à ampla variação entre países.

Principais tendências das alterações climáticas e energéticas

Reduções das emissões de gases com efeito de estufa na UE, mas aumento das temperaturas globais

- As **emissões de gases com efeito de estufa** na UE diminuíram substancialmente desde 1990. As quedas mais acentuadas ocorreram no início dos anos 1990 e entre 2007 e 2011. A meta da estratégia Europa 2020 de reduzir até 2020 as emissões de gases com efeito de estufa em 20 % em relação aos níveis de 1990 está claramente ao nosso alcance.
- As reduções mais acentuadas foram alcançadas na indústria transformadora, na construção e no setor energético. O setor dos resíduos e o setor agrícola também reduziram as suas emissões, mas representam uma porção mais reduzida do total. O único setor em que as emissões aumentaram foi o setor dos transportes. As emissões da aviação internacional e dos transportes marítimos registaram um aumento particularmente rápido. As emissões dos transportes interiores também se mantêm acima dos níveis de 1990, mas registaram uma tendência decrescente desde 2007.
- As reduções das emissões de gases com efeito de estufa na UE são compensadas em excesso pelo rápido aumento das emissões globais. As concentrações de gases com efeito de estufa na atmosfera estão a aumentar. Apesar de existir um desfasamento temporal entre as emissões e o aumento da temperatura, os **recordes de temperatura média global** revelam já uma clara tendência em alta. O aquecimento global registou constante aceleração nas últimas quatro décadas.

Nenhuma tendência clara para uma menor procura energética

- Após ter aumentado mais ou menos continuamente entre 1990 e 2006, em 2011 o **consumo de energia primária na UE** caiu para os níveis de 1990. Ainda assim, a tendência decrescente não foi contínua. Resta saber se este declínio poderá ser mantido assim que a economia da UE retomar uma trajetória de maior crescimento económico.

- A UE **importou mais de metade da sua energia** em 2011. Desde o início da década de 1990, a percentagem de necessidades energéticas totais satisfeitas por importações de países terceiros aumentou quase todos os anos. Desde 2006, tem-se mantido ligeiramente acima dos 50 %.

Expansão rápida das energias renováveis, particularmente no setor da eletricidade

- A energia proveniente da biomassa, a energia eólica, a energia solar e a energia geotérmica estão a ajudar a satisfazer uma percentagem cada vez maior da procura energética final na UE. Todos os Estados-Membros aumentaram a sua percentagem de **energias renováveis** entre 2005 e 2011. Apesar de a contribuição da biomassa ser, de longe, a maior, a energia eólica e a energia solar registaram uma expansão mais rápida.
- A penetração das energias renováveis é mais elevada no setor da eletricidade, tendo estas energias coberto um quinto da geração de energia bruta em 2011.
- Em contrapartida, a percentagem de energias renováveis utilizadas nos **transportes** baixou em 2011 em comparação com o ano anterior. No entanto, tal deve-se a ajustamentos estatísticos que excluam os biocombustíveis não certificados como sustentáveis. Ainda assim, os dados de 2010 mostram que a UE falhou a sua meta intercalar de aumento da utilização de energias renováveis nos transportes.

Principais tendências em matéria de transportes sustentáveis

Não existe dissociação absoluta entre o consumo de energia no setor dos transportes e o crescimento económico

- O **consumo de energia no setor dos transportes por unidade do PIB** baixou 8,3 % desde 2000. Esta tendência acentuou-se um pouco desde o início da crise económica, uma vez que o componente ambiental deste indicador - a utilização de energia nos transportes - baixou durante quatro anos consecutivos desde 2007. Globalmente, entre 2000 e 2011, a utilização de energia nos transportes aumentou 6,7 %, ao passo que o crescimento económico foi mais rápido, com um aumento de 16,5 %.
- Estas tendências coincidentes - crescimento do consumo de energia e o crescimento (ainda mais forte) do PIB - implicam uma dissociação relativa entre o consumo de energia no setor dos transportes e o crescimento económico na UE ao longo do período de 2000 a 2011. Foi possível observar uma dissociação absoluta (isto é, uma redução do consumo de energia no setor dos transportes durante uma fase de crescimento económico) numa base ano-a-ano em 2010 e 2011. É, contudo, incerto se se trata de uma tendência contínua ou de uma mera consequência da crise económica.

Nenhuma alteração substancial dos modos de transporte e da mobilidade

- O desempenho dos diferentes modos de transporte não variou substancialmente. A repartição modal dos transportes de passageiros em 2011 manteve-se muito próxima dos níveis de 2000. Os transportes de mercadorias registaram ligeiras mudanças desde 2009, com os caminhos-de-ferro a recuperarem a sua quota aos transportes rodoviários. As quotas modais dos transportes de mercadorias estão, por isso, também a aproximar-se dos seus níveis de 2000. No entanto, estas ligeiras mudanças também podem dever-se a motivos metodológicos.
- Apesar de a repartição modal não demonstrar grandes alterações a nível da UE, as quotas de cada um dos modos de transporte variam amplamente entre Estados-Membros. Enquanto os transportes rodoviários dominaram o transporte de passageiros e de mercadorias em 2011, os transportes ferroviários registaram quotas substanciais de mais de 30 % do transporte de mercadorias em alguns Estados-Membros, como os países bálticos.
- Não se observou um efeito de dissociação substancial nos volumes de transporte de mercadorias em relação ao PIB. A crise teve um impacto profundo no PIB e nos volumes de transporte, tendo estes últimos sido mais afetados. Desde 2009, os números têm demonstrado uma recuperação tímida. Ainda não é possível concluir se se trata de uma dissociação.

É necessário reduzir os impactos negativos dos transportes

- Ainda não se observou uma diminuição geral das **emissões de gases com efeito de estufa provenientes dos transportes** desde 2000. Apesar de as emissões estarem a diminuir desde 2007 como resultado da recessão económica, este declínio ainda não compensou os aumentos nas emissões registados anteriormente.
- O **número de mortos nas estradas** continuou a diminuir desde 2000. O objetivo de apenas 27 000 vítimas de acidentes rodoviários em 2010 foi alcançado. São, no entanto, necessários mais esforços para alcançar o objetivo de 2020 de menos de 15 500 mortos.

Principais tendências dos recursos naturais

Está a UE a perder o seu capital natural?

- Entre 2000 e 2011, o **índice de aves comuns** manteve-se relativamente estável, mas são evidentes tendências mais polarizadas nas populações de aves comuns de terras agrícolas e florestais. Enquanto as aves florestais aumentaram 9,7 pontos percentuais ao longo deste período, o índice de aves de terras agrícolas caiu 5,6 pontos.
- As alterações nos métodos agrícolas, a intensificação e a especialização são amplamente responsáveis pelo declínio do número de aves de terras agrícolas na Europa ocidental e do norte. Os principais fatores determinantes são a concessão de subsídios prejudiciais, a ausência de incentivos à manutenção de terras agrícolas de elevado valor natural (zonas agrícolas que apoiam uma elevada diversidade de espécies e habitat e/ou espécies de importância para a conservação), assim como o aumento da utilização de biomassa para a produção de energias renováveis.

As **capturas totais de peixe de unidades populacionais fora dos limites biológicos de segurança** baixaram de 23,1 pontos percentuais entre 2000 e 2010. No entanto, os valores anuais de 2002 a 2010 flutuam em torno de uma média de 16,3 %, o que está muito acima dos limites biológicos de segurança. Assim, na sua totalidade, as unidades populacionais de peixes continuam ameaçadas pela sobrepesca no Atlântico Nordeste.

Uma frota de pesca em declínio: fator positivo para o ambiente e para a economia costeira

- A dimensão da **frota de pesca da UE** (medida em termos de potência motora) diminuiu em média 2,4 % ao ano entre 2007 e 2012. Contudo, são necessários mais esforços e reformas políticas para um sólido ajustamento da capacidade da frota, que levaria a uma gestão mais sustentável das unidades populacionais de peixes e a melhores condições económicas para os pescadores ativos.

Captação de água próxima de níveis sustentáveis

- A **captação total de água diminuiu ao longo da última década** na maioria das regiões da Europa, com exceção do sudoeste da Europa, onde tem sido constante. Países como a Lituânia, a Roménia e a Bélgica fizeram progressos significativos no sentido de uma gestão mais sustentável dos recursos hídricos.

A urbanização e os transportes levam a uma maior ocupação de terras na UE

- 4,6 % da superfície terrestre da UE estava coberta por áreas artificiais em 2012. O aumento da procura de habitação e atividades económicas nas zonas urbanas e o aumento da expansão de redes nas zonas costeiras são os principais responsáveis por uma redução contínua das terras seminaturais e cultiváveis da UE.

Principais tendências da parceria global

Ajuda pública ao desenvolvimento em declínio, a UE falha as suas metas

- Entre 2004 e 2012, a **ajuda pública ao desenvolvimento (APD)** total expressa em percentagem do rendimento nacional bruto (RNB) aumentou 0,05 pontos percentuais, alcançando 0,39 % em 2012 ⁽³⁾.
- No entanto, ao longo do período de 2010 a 2012, a APD total da UE baixou devido às restrições orçamentais resultantes da crise económica e financeira. É possível observar uma tendência semelhante em relação a outros doadores importantes.
- A UE já falhou o cumprimento da sua meta coletiva intercalar de dedicar 0,56 % do RNB à APD em 2010. Se o aumento continuar ao mesmo ritmo que entre 2004 e 2012, a UE não conseguirá alcançar a meta coletiva de longo prazo de dedicar 0,7 % do RNB à ajuda pública ao desenvolvimento em 2015.

Aumento da percentagem de financiamento do desenvolvimento da UE para países em desenvolvimento

- O **financiamento dos países em desenvolvimento** proveniente dos Estados-Membros da UE-15, incluindo fluxos públicos e privados, cresceu em média 4,6 % ao ano entre 2000 e 2011. Apesar desta tendência geralmente positiva, observam-se flutuações, que podem criar incertezas para os países em desenvolvimento que dependem particularmente de apoio financeiro externo.
- Desde 2000, a **percentagem de APD para países menos desenvolvidos e outros países de baixo rendimento** aumentou, com 52,5 % de ajuda pública ao desenvolvimento da UE-15 concedida a estes países em 2011.
- O **investimento direto estrangeiro (IDE)** é um complemento vital dos esforços para o desenvolvimento. Porém, entre 2000 e 2011, o IDE da UE-15 em países menos desenvolvidos e outros países de baixo rendimento diminuiu em média 3,4 % ao ano, de 3,2 % do total de IDE em 2000 para 2,2 % em 2011.

³ Dados provisórios para 2012

Aumento das importações da UE provenientes de países em desenvolvimento

- **As importações da UE provenientes de países em desenvolvimento** aumentaram a uma taxa média anual de 7,8 % entre 2000 e 2012. A percentagem de importações provenientes de países em desenvolvimento em relação às importações totais da UE aumentou de 35,2 % em 2001 para 47,2 % em 2012.
- As importações provenientes da China foram o principal fator determinante desta tendência. A sua percentagem em relação ao total de importações da UE provenientes de países em desenvolvimento aumentou de 24 % em 2000 para 35 % em 2012. Em termos absolutos, o volume de importações da China em 2012 foi mais de três vezes o volume de 2000.
- **As importações provenientes de países menos desenvolvidos** também aumentaram, mas em média a taxa de crescimento foi apenas de cerca de um terço da taxa de crescimento das importações de todos os países em desenvolvimento para a UE. Em 2012, as importações provenientes de países menos desenvolvidos ainda representavam menos de 2 % das importações totais da UE.

Disparidades nas emissões de CO₂ a desaparecer devido a aumentos nos países em desenvolvimento

- Apesar de as disparidades entre a UE e os países em desenvolvimento nas **emissões de CO₂ per capita** terem diminuído na década de 2000 a 2011, as emissões da UE mantêm-se nas 7,4 toneladas per capita, isto é, 2,6 vezes acima da média dos países em desenvolvimento, de 2,9 toneladas per capita.
- As disparidades diminuíram principalmente devido ao aumento das emissões de países em desenvolvimento e à crise financeira, que levou a uma redução das emissões de CO₂ per capita na UE.

Principais tendências em matéria de boa governação

Tendências positivas na coerência e eficácia políticas, mas menor confiança por parte do público

- Menos de metade dos cidadãos da UE **confia nas três principais instituições da UE**. Em 2012, o Parlamento Europeu era a instituição em que o público mais confiava (44 % dos cidadãos afirmaram que confiavam no PE), seguido pela Comissão Europeia (40 %) e pelo Conselho da UE (36 %). A confiança dos cidadãos nas instituições políticas a todos os níveis políticos é, em geral, baixa, principalmente no que diz respeito aos partidos e instituições a nível nacional (por exemplo, apenas 15 % confiam nos partidos políticos e 27 % confiam nos governos nacionais).
- Entre 2007 e 2012, o número de novos **processos por infração relacionados com o Mercado Único** diminuiu 38 %. Grande parte deste declínio ocorreu desde 2010. As questões fiscais e ambientais compõem os dois maiores grupos de processos por infração relacionados com o Mercado Único por área de intervenção política, representando 44 % de todos os processos por infração pendentes em novembro de 2012.
- Depois de uma queda significativa desde 2000, o **défice de transposição da legislação da UE** relativa ao Mercado Único alcançou um novo mínimo de 0,6 % em novembro de 2012. Destacado pelo Painel de Avaliação do Mercado Interno como o «melhor resultado de sempre», o défice de transposição ficou 0,4 pontos percentuais aquém da meta de 1 % para a transposição das regras do Mercado Único.

Mais interação em linha dos cidadãos com os governos, mas menos participação eleitoral

- A **interação em linha dos cidadãos com as autoridades públicas** na UE aumentou 8 pontos percentuais entre 2008 e 2012. Após uma ligeira diminuição em 2011, as interações com as autoridades públicas na Internet voltaram a aumentar, alcançando 44 % em 2012. Esta tendência reflete, em parte, um aumento global da utilização da Internet na UE.
- A **participação eleitoral** registou uma redução de 1,5 pontos percentuais nas eleições parlamentares nacionais na UE entre 2000 e 2012. É também visível uma tendência decrescente na participação nas eleições parlamentares da UE.

Não há transferência da carga fiscal sobre o trabalho para os impostos energéticos e ambientais

- O **rácio de impostos sobre o trabalho em relação aos impostos ambientais** na UE aumentou 10,1 % entre 2000 e 2011. Ao longo deste período, a percentagem dos impostos ambientais nas receitas totais dos impostos e contribuições sociais diminuiu em comparação com os impostos sobre o trabalho. Esta tendência é contrária aos objetivos da estratégia da UE para o desenvolvimento sustentável e da estratégia Europa 2020, que apelam ambas a uma transferência da carga fiscal sobre o trabalho para os impostos energéticos e ambientais (sistema fiscal mais «verde»).
- Da mesma forma, a **taxa implícita do imposto sobre a energia** também baixou na UE. No entanto, esta queda foi menos substancial, apenas de 1,6 % de 2000 para 2011. A queda na taxa implícita do imposto sobre a energia indica um declínio da carga fiscal efetiva sobre a energia em relação à base potencialmente

Impactos da crise económica e financeira global nas principais tendências

Os indicadores apresentados no presente relatório dão conta de um panorama misto. Além disso, as perturbações causadas pela crise económica tornam difícil tirar conclusões globais sobre se a UE tem estado no bom caminho para o desenvolvimento sustentável.

Como consequência da crise económica e financeira global que teve início no final de 2007, a UE entrou em recessão durante o ano de 2008. No final de 2013, quando o presente relatório estava a ser finalizado, a economia da UE estava ainda num crescimento lento. O impacto da crise tem sido severo e vai muito além da economia, afetando muitas das tendências sociais e ambientais analisadas na presente publicação. Apresenta-se a seguir um breve resumo das áreas afetadas ao longo de um período que tem início em 2007 e se prolonga por vezes até 2011/2012. Apesar de não ser claro neste momento, algumas das consequências, como a redução dos níveis de investimento, podem ter repercussões persistentes e a longo prazo, que apenas serão evidentes em relatórios posteriores.

Os problemas de liquidez no setor bancário, que começaram em 2007, levaram a uma contração do crédito e a uma queda dos preços dos ativos, à redução da procura de bens de consumo e ao aumento da poupança das famílias, a uma diminuição do investimento das empresas e das famílias, a uma quebra no comércio internacional (refletida no indicador «importações provenientes de países em desenvolvimento») e ao declínio no PIB real per capita. Os níveis da dívida pública subiram drasticamente. A taxa de emprego desceu, nomeadamente no caso dos jovens, e os homens foram mais atingidos do que as mulheres. A tendência de subida da taxa de emprego dos trabalhadores mais velhos desacelerou. Devido a acumulação de mão-de-obra e às alterações nos horários de trabalho, a produtividade laboral diminuiu.

Por outro lado, registou-se um aumento das despesas em investigação e desenvolvimento, uma vez que vários países impulsionaram as suas despesas para tentar apoiar a recuperação económica e o crescimento a longo prazo. Em resposta à redução da procura, a produção industrial também diminuiu, tendo a produção de substâncias químicas tóxicas refletido essa queda.

O aumento do desemprego e do desemprego de longa duração teve impactos a nível social. Apesar de registar um decréscimo a nível geral, o risco de pobreza global aumentou na faixa etária dos 25-49, e também ligeiramente na faixa 18-24. A intensidade da pobreza também aumentou, a par dos suicídios, principalmente entre os homens e os indivíduos de meia-idade. A taxa bruta de crescimento migratório baixou, provavelmente como reação à dificuldade em encontrar emprego na UE. Em termos de luta contra a pobreza global, o financiamento dos países em desenvolvimento diminuiu devido à redução dos fluxos de doadores privados, e não tanto das fontes públicas ou das ONG.

A procura energética (consumo final de energia) baixou a par do PIB. Esta baixa do consumo de energia levou a uma estabilização da dependência energética da UE, quebrando a tendência de longo prazo para um aumento da dependência. As emissões de gases com efeito de estufa e as emissões atmosféricas de poluentes, que já estavam em decréscimo, baixaram ainda mais acentuadamente.

Os transportes de mercadorias registaram uma redução mais rápida do que o PIB (refletida no indicador «volume dos transportes de mercadorias em relação ao PIB»). Não obstante, o consumo de energia no setor dos transportes registou uma diminuição menor do que o PIB (indicador «consumo de energia no setor dos transportes em relação ao PIB»), provavelmente devido a um decréscimo mais lento nos transportes de passageiros. As emissões de gases com efeito de estufa provenientes dos transportes diminuíram, e as emissões de óxidos de azoto (NO_x) provenientes dos transportes, bem como as emissões de partículas provenientes dos transportes baixaram mais acentuadamente do que em anos anteriores. O número de mortos em acidentes rodoviários também diminuiu, provavelmente como consequência dos menores volumes de tráfego.

A reação do público à crise e à forma como se tem lidado com a crise refletiu-se na quebra da confiança dos cidadãos nas instituições da UE e na participação nas eleições nacionais.

Em termos globais, as circunstâncias já referidas dificultam uma avaliação dos progressos reais realizados no sentido do desenvolvimento sustentável na UE ao longo dos últimos anos. Contudo, tendo em conta que quase metade dos indicadores-chave da EDS da UE estão a evoluir numa direção moderada ou claramente desfavorável, parecem necessários mais esforços para colocar a União Europeia numa trajetória de desenvolvimento sustentável.